

editorial

editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima vírus
next vírus

V!17

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 02 semester



refazendo a memória
comunitária: o parque
fazendinha do jardim colombo
remaking the community's memory:
the fazendinha park at
jardim colombo

ester carro,
maria amélia leite

Como citar este texto: CARRO, E.; LEITE, M. A. D. F. A. Refazendo a memória comunitária: o Parque Fazer Colombo. V!RUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online]. Acesso: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Ester Carro é arquiteta, pesquisadora em Projeto Produção e Gestão do Espaço Urbano na FIAM - FAAM. Líder Comunitária da União Esportiva e Cultural do Jardim Colombo e líder do Projeto Fazendinhando. Estuda a natureza dos espaços públicos e intervenção Urbana em áreas de risco.

Maria Amélia Devitte Ferreira D'Ázevedo Leite é arquiteta, Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas - Tecnologia da Arquitetura. É professora do Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano, da FMU - FIAM/FAAM. Estuda sistemas estruturais, industrialização da construção, planejamento urbano e regional.

Resumo

O trabalho propõe a discussão de uma nova estratégia de planejamento da paisagem dos espaços livres de fundo de vale da comunidade de Jardim Colombo, Zona Oeste de São Paulo, para aquisição de áreas verdes, recuperação do córrego, equipamentos públicos, habitação social, por meio da restauração das áreas degradadas existentes (áreas abandonadas e de remoções) e os instrumentos de gestão que podem viabilizar a proximidade de uma paisagem original em conformidade com as necessidades da comunidade estabelecendo um projeto de forma participativa e respeitando suas preexistências denominadas de Fazendinha, um dos poucos espaços livres existentes na comunidade. O objeto de projeto coletivo de requalificação urbana, cuja metodologia desenvolveu as primeiras intervenções no local e o seu processo participativo são apresentados nas estratégias para estimular o sentido de pertencimento dos moradores do local. Descrevem-se os primeiros indícios positivos desta ação coletiva, por meio do qual o Jardim Colombo vem refazendo sua memória comunitária e resgatando a identidade do local.

Palavras-Chave: Espaços livres, Planejamento urbano, Processo participativo, Áreas degradadas, Memória comunitária

1 Introdução

A forma de ocupação que define os assentamentos precários nas cidades, raramente permite a existência de espaços livres e, quando isto acontece, são os mesmos tomados pelo descarte de lixo e, conseqüentemente, por roedores e insetos.

Este é o caso do Jardim Colombo, cuja localização pode ser observada na Figura 1, inserido em região de loteamentos particulares, originados do parcelamento de uma antiga e ampla chácara de propriedade do médico Antônio Bueno e de Joaquim Manuel da Fonseca, e que hoje abriga uma população de aproximadamente 17.000 moradores em área de 14.9 hectares, a qual integra o Complexo de Paraisópolis, constituído por três núcleos - Paraisópolis, Jardim Colombo e Porto Seguro - perfazendo uma ocupação de 101,5 hectares, em um local, hoje, de forte expansão imobiliária e vizinhança consolidada de renda média a alta.

Situada na Zona Oeste da cidade de São Paulo, a região forma parte do distrito de Vila Sônia, administrada pela Subprefeitura do Butantã. Desde a origem, a urbanização da área já anunciava seus potenciais problemas:

Em torno de 1921, a região foi parcelada em aproximadamente 2.200 lotes pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A e uma grande parte daqueles que herdaram as terras não tomaram posse, pela provável falta de acessibilidade decorrente dos altos declives do terreno e da falta de infraestrutura básica. (AMARANTE, 2017 p. 14)

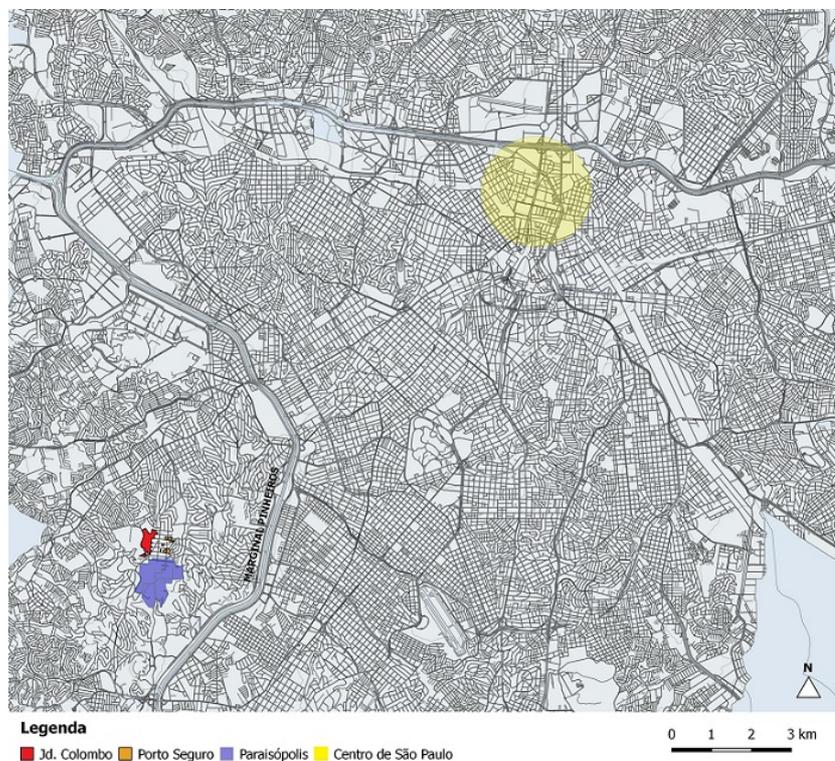


Fig. 1: Localização do Complexo de Paraisópolis em relação ao centro da cidade de São Paulo. Fonte: Acervo das Au

Na década de 1940, conforme verificado na Figura 2, a região ainda apresentava uma extensão de cobertura vegetal expressiva (matas de eucaliptos), que passa a ser ocupada, informalmente, em meados dos anos 1950. Os poucos moradores e posseiros, em geral famílias japonesas, não tinham acesso a serviços de iluminação e eletricidade, ruas pavimentadas, saneamento básico ou telefonia. O parcelamento, à época, caracterizou-se por pequenas chácaras, apropriadas na forma de grilagem.



Fig. 2: Localização da Comunidade do Jardim Colombo durante os anos de 1940 (demarcada, em vermelho, a situação). Adaptado pelas autoras do Mapa Digital da Cidade. Disponível em: <<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Entre as décadas de 60 e 70, novos usos se acresceram com o surgimento de escolas privadas de grande porte, e a implantação do Cemitério Getsêmani (1965) de alto padrão, em uma área de 135.000m².

Nesse momento, também estava sendo elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado de Santo Amaro que sugeria a definição da área como de utilidade pública, apontando uma urbanização em outros moldes para o futuro. Porém, tudo ficou no papel, e em 1970 começaram a surgir os primeiros barracos de madeira, dando início à ocupação das áreas atuais do Jardim Colombo e Porto Seguro, vizinhas a Paraisópolis.

O assentamento informal que define as duas comunidades deu origem a um profundo sentimento de marginalidade nos indivíduos que nelas vivem. O empobrecimento de uma parcela significativa da população do país promoveu a migração de um grande contingente de pessoas, sobretudo do Nordeste, para a cidade de São Paulo, na segunda metade do século passado. Sem políticas públicas capazes de atender esse fluxo, as pessoas se instalavam onde podiam, dando visibilidade à segregação sócio espacial da metrópole paulista, como se observa na Figura 3.



Fig. 3: Contraste da paisagem urbana entre o Jardim Colombo e seu entorno. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Atualmente a comunidade do Jardim Colombo convive com inúmeros problemas, evidenciados nas Figuras 4 e 5, tais como: depreciação da paisagem, ocupação irregular em terrenos particulares, desarticulação e fragmentação do tecido urbano, riscos ambientais em áreas ocupadas por lixo orgânico gerando a contaminação do solo, córrego poluído ocasionando enchentes no entorno em períodos de chuva e espaços livres degradados.



Fig. 4: Enchente em época de chuva no leito do Córrego Itararé, que corta o Jardim Colombo. Fonte: Acervo das Au



Fig. 5: Área onde ocorreram desapropriações de moradias e atualmente utilizada para reciclagem e descarte de veículos, a para consumo de drogas, Jardim Colombo, São Paulo - SP. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Por ser produto de sucessivas invasões e, portanto, de ocupações espontâneas sem intervenção do Estado, o Complexo Paraisópolis se desenvolveu carente de infraestrutura adequada e com descompasso em relação aos equipamentos de educação, saúde e saneamento, como se pode observar na Tabela 1.

SETOR	TOTAL DE IMÓVEIS	% SOBRE O TOTAL	% DE IMÓVEIS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA OFICIAL	DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS C/ ABASTECIMENTO DE ÁGUA OFICIAL	% DE IMÓVEIS COM COLETA DE ESGOTO OFICIAL	DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS C/ REDE DE ESGOTO OFICIAL	% DE IMÓVEIS C/ REDE ELÉTRICA OFICIAL	DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS C/ REDE ELÉTRICA OFICIAL
ANTONICO	8.415	40,32%	51,08%	20,60%	20,23%	8,16%	19,88%	40,72%
BREJO	1.664	8,05%	54,31%	4,38%	20,30%	1,64%	34,56%	2,79%
CENTRO	1.880	9,01%	55,51%	5,00%	29,72%	2,68%	31,11%	2,80%
GROTÃO	3.173	15,21%	63,98%	9,73%	7,18%	1,09%	8,08%	1,23%
GROTINHO	2.009	9,63%	24,26%	2,34%	4,55%	0,44%	4,55%	0,44%
JD. COLOMBO	3.226	15,55%	58,93%	9,16%	14,56%	2,33%	14,57%	2,26%
PORTO SEGURO	465	2,23%	57,11%	1,27%	9,64%	0,21%	40,72%	0,91%
TOTAL	20.832	100,00%		52,47%		16,54%		18,44%

Tabela 1: Infraestrutura existente no Complexo de Paraisópolis. Fonte: Adaptado pelas autoras do site: Hagaplan/Sonc Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/noticias/?p=4407>> Acesso em: 26

Depreende-se, portanto, que dos imóveis abastecidos por água, 52,47% possuem relógios individuais e cavaletes ou relógios coletivos/cavaletes, ou seja, mais da metade, o que equivale a 10.930 imóveis atendidos pela rede de água oficial. Em contrapartida, 22,98% possuem ligações clandestinas (4.076 imóveis) e 14,32% informam emprestar água dos vizinhos.

Com relação à coleta de esgoto, o que chama atenção é o grau de precariedade. Somente 16,54% dos domicílios utilizam a rede oficial, ou sejam, 3.445 imóveis. O restante encontra-se distribuído da seguinte forma: 52,64% utilizam rede construída pelos próprios moradores enquanto 3,12% utilizam fossa. Aqueles que informam não possuir rede e os que jogam diretamente no Córrego Itararé, somam 12,8%.

Fruto da busca emergencial de um abrigo, as casas no Jardim Colombo foram construídas sem planejamento, e a ocupação desordenada não previu áreas verdes, infraestrutura e espaços públicos para equipamentos urbanos, com a decorrente desigualdade social em relação a outras regiões da cidade.

Segundo pesquisa realizada no Complexo de Paraisópolis pelo Hagaplan em 2005, dos 31.229 entrevistados, 8,1% nunca estudaram, 36,40% não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 10,6% concluíram o Ensino Médio. A maioria recebe entre 1 e 2 salários mínimos e empregam-se na economia informal mais de 30% da população, envolvendo-se inclusive com tráfico de drogas e prostituição. Para garantir a sobrevivência, muitos realizam trabalhos domésticos tais como, limpeza e cuidado de idosos e crianças, e alguns, por necessidade, se dedicam a reciclar resíduos de diferentes tipos.

Tais indicadores socioeconômicos dificilmente encontram resolução por sua própria dinâmica de ocorrência. A percepção de que, se no primeiro e emergencial momento, suprir a falta do teto para morar foi possível em um movimento individual e autônomo, a sobrevivência no local só se configurará na luta coletiva por condições adequadas. E este se tornou o mote das ações de organização social nas últimas três décadas e meia no Jardim Colombo.

2 Em busca do espaço-tempo perdido: a dura seara das relações institucionais oficiais

A União dos Moradores da Favela do Jardim Colombo, inscrita no CNPJ 58.933.391/0001-87, com sede à Rua Viela das Goiabeiras nº 313, é uma entidade sem fins lucrativos e teve sua fundação em doze de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro (12/08/1984), na Comunidade do Jardim Colombo, sendo, a seguir, elaborado o Estatuto e realizadas a eleição e a posse da primeira Diretoria. A entidade foi fundada para suprir a necessidade dos moradores de se manterem unidos para tentar diminuir os sérios problemas que afligiam a comunidade, em especial o acesso à educação, à saúde e a condições dignas de infraestrutura. Neste processo de aglutinar os moradores em prol da criação da União dos Moradores destaca-se a figura de Lucas Nazaré Mendes.

A organização institucional da comunidade possibilitou o acesso a programas e ações governamentais, vistos, então, como possíveis soluções à precariedade verificada. E, à parte aqueles de natureza cotidiana da gestão, alguns merecem destaque.

No início dos anos 2000, o Programa Bairro Legal, por exemplo, propunha a requalificação urbana em áreas territorialmente definidas em regiões onde predominasse a precariedade habitacional e urbana. Incluía ações de urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos, reforma e regularização de conjuntos habitacionais, provisão habitacional, implantação de equipamentos públicos e comunitários. Visava melhorar a situação das áreas ocupadas, eliminando as situações de risco, implantando rede de água, esgoto, iluminação pública e abrindo ruas para a entrada de veículos como caminhão de coleta de lixo, de gás e de entregas. Além disso, tinha como objetivo parcelar os lotes para que cada casa tivesse seu número e, futuramente, o morador auferisse o direito legal de morar naquele local (SAMORA, 2014).

Durante a gestão da Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no Programa Bairro Legal, define um plano de massas com diretrizes e usos pretendidos, índices urbanísticos e intervenções necessárias para o Complexo Paraisópolis e, posteriormente em 2002, com o Plano Diretor do município são criados mecanismos legais para permitir a urbanização e legalização da comunidade, transformando a área em ZEIS (Zona Especial de Interesse Social).

Uma década e meia após, o Programa de Urbanização do Complexo de Favelas de Paraisópolis traz novo alento, inclusive por significar uma das primeiras ações de enfrentamento do déficit de urbanização executadas no município de São Paulo após a aprovação do Estatuto da Cidade (MACHADO, 2016). Foi criado, então, o primeiro Conselho Gestor de Urbanização na comunidade, com o objetivo de elaborar e acompanhar o Plano de Obras.

Na descrição de uma das atas de Reunião do Conselho Gestor de Jardim Colombo junto à Prefeitura datada de 29/06/2005 e encontrada no acervo da União dos Moradores, relata-se a entrega aos Conselheiros do material contendo o Memorial Descritivo e respectiva representação gráfica (planta) do Plano de Urbanização das ZEIS na comunidade.

Informa-se a população a respeito de uma verba no valor de R\$ 15 milhões oriunda do Ministério das Cidades para o desenvolvimento das obras de urbanização do Complexo Paraisópolis e a participação de outros órgãos públicos municipais e estaduais, como também a parceria com empresas privadas e o futuro cadastramento das famílias com o objetivo de se obter um retrato fiel da área.

Apresenta-se, também, o Plano de Urbanização, ressaltando que o mesmo se daria em duas etapas, sendo a primeira relativa à consolidação do sistema viário oficial, à canalização do Córrego Itararé e à intervenção em áreas de risco. A segunda etapa aconteceria paulatinamente, de quadra em quadra, a partir de encaminhamentos relativos à regularização fundiária.

Após explicações e esclarecimentos junto aos moradores, é realizada a primeira votação do Plano e, dos catorze votos, oito foram a favor e cinco contra, entre esses o voto do Sr. Genilso, então Presidente da União de Moradores, o qual declarou não estar de acordo por não haver obtido suficientes informações sobre o projeto; e uma abstenção, da Conselheira Ana Paula Bruno, que teve por base o Artigo 23 do Regimento Interno do Conselho, onde constava a obrigatoriedade de maioria simples para a aprovação de qualquer matéria.

Aproximadamente dois meses depois, é realizada a segunda reunião do Conselho, quando para surpresa dos presentes, ao se proceder à leitura da Ata do primeiro encontro trazida pelo Executivo, constava a aprovação do Plano de Obras sem objeções. Os representantes da comunidade, insatisfeitos com tal apresentação divergente dos fatos, esclarecem

aos presentes que o Plano de Urbanização fora aprovado de forma unilateral, apenas pelos representantes do Poder Público, pois a população moradora ou se absteve ou votou contra, como havia ficado registrado em Ata.

Continuando a seara de controvérsia, os técnicos do Consórcio Hagaplan/Sondotécnica, expuseram os projetos, ressaltando que a proposta apresentada seria oficial, porém não definitiva, havendo a possibilidade de “pequenas modificações”, dado que as obras já estariam em processo de licitação. Justificou-se que o objeto do projeto seria trazer melhorias para a comunidade como um todo; que o projeto foi desenvolvido a partir de normas técnicas, cujo cumprimento é obrigatório para se evitar qualquer questionamento pelo Ministério Público; e que dentro dessas normas, a empresa projetista havia desenvolvido a melhor alternativa, com o menor número de remoções, o menor custo, e o respeito à geografia local e ao curso original do córrego.

Vê-se, assim, que o transcurso dos fatos subtraiu qualquer possibilidade de participação popular, de fato, nas decisões técnicas do projeto proposto, sendo trazido perante a comunidade algo completamente definido e que se deveria aceitar daquela maneira.

Percebe-se ao longo da leitura das Atas que registram o processo vivenciado no âmbito do Programa de Urbanização do Complexo de Favelas de Paraisópolis, que é sugerido insistentemente que uma maior quantidade de moradores seja envolvida nas reuniões do Conselho, com vistas a minimizar o papel dos Conselheiros eleitos para a representação da comunidade.

Confirma-se, assim, o entendimento que perpassa a prática oficial da participação popular, contrariamente ao que se buscou conquistar com a legislação contemporânea no país, expressa no Estatuto da Cidade:

[...] a participação da população serve mais para a validação e legitimação sob o selo democrático de práticas definidas como desejáveis por setores hegemônicos [...] – referentes à consulta relativa a implementação de ações localizadas – como é o caso dos Estudos de Impacto de Vizinhança e Operações Consorciadas. Porém, esta participação não se faz ao nível das decisões políticas e estratégicas – nível em que é tomada a decisão de implementação destas operações. [...] Ao que tudo indica, portanto, a participação no processo de planejamento permanece limitada e subordinada aos interesses do governo vigente ao nível local [...] (LIMONAD; BARBOSA, 2003, p. 96-97).

Concluindo as explicações dos técnicos, informou-se à população, por meio das representações presentes que estavam previstas no primeiro pacote de obras cerca de 750 remoções em um universo de quase 22 mil famílias, para as quais o Governo do Estado, através da CDHU, estaria disponibilizando três conjuntos habitacionais na região do Campo Limpo, totalizando 750 unidades. Como outra possibilidade de atendimento, para as famílias que não quisessem se deslocar, sugeriu-se a expectativa de uma nova verba habitacional, com valor ainda em estudo e a troca interna com famílias que não teriam suas moradias removidas e desejassem ir para os conjuntos.

Inconformados com as soluções propostas, Conselheiros e moradores ainda indagaram sobre as razões de não se ocuparem as áreas vazias do entorno, inclusive aquelas já demarcadas como Zonas de Interesse Social destinadas à habitação. A resposta obtida seguiu o rumo do lugar comum: nem todas seriam públicas e as áreas privadas implicariam desapropriações.

3 Em busca de novos caminhos: a descoberta dos valores intrínsecos da comunidade

É necessário haver espaços lúdicos e interativos que fortaleçam os vínculos comunitários, que contribuam para a construção de uma cultura de paz e que estimulem a iniciativa, a curiosidade e a imaginação, sem determinar ou limitar suas formas de apropriação, permitindo criações e transformações no seu uso.

A rua, por exemplo, ao longo dos anos tem perdido seu caráter multifuncional e de lugar de encontro, de sociabilidade e de vida comum, e os espaços livres públicos são cada vez menos geridos e mantidos de modo a oferecer segurança e ludicidade: “[...] Os espaços públicos são a essência da vida urbana, é neles que ocorrem os encontros que produzem a arte da vida nas cidades [...]” (ALBERNAZ, 2007, p. 46).

Construções como hospitais, creches, conjuntos habitacionais, escolas, têm, para os governos que as inauguram, grande poder político e propagandista. A propaganda dessas obras procura sempre associá-las a um partido ou a uma figura política. E, para ampliar esses ganhos, usa-se amplamente a linguagem publicitária. O Estado age, com o discurso de prestar contas à população, também, de acordo com interesses imediatos: apresentar a conclusão de serviços através de números e estatísticas, expor obras vistosas, etc., quase sempre com vistas às próximas eleições. E não é difícil imaginar políticos que usam dessas mesmas obras como cartão de visitas repetido a cada eleição (PÁDUA, 2006, p. 308).

A linguagem publicitária passa por cima da discussão sobre a construção da cidade e principalmente dos espaços públicos, no desejo de se alcançar o maior número de pessoas no menor tempo possível, tornando as obras com grande visibilidade apenas um produto para os anos eleitorais. A troca de partidos no governo acontece constantemente, e muitos programas sociais são desmontados, estruturas públicas subutilizadas ou têm suas funções mudadas; permanece em nossa cidade, em nossos bairros, uma paisagem urbana desestruturada, desigual; remanesce o caos.

No processo de ocupação do Jardim Colombo permaneceu livre uma área de aproximadamente 1.000 m², com declive acentuado de 17 metros entre seu ponto mais alto ao mais baixo, conhecida entre os moradores como Fazendinha, e historicamente utilizada para descarte de lixo, como ilustra a Figura 6.



Fig. 6: Fazendinha, Jardim Colombo – SP, com grande acúmulo de lixo e entulho. Fonte: Acervo das Autoras,

O uso do espaço da Fazendinha para descarte de lixo revela o paradoxo de se ter uma área livre em um assentamento tão carente de espaços públicos ocupada por um uso inadequado, o que agrava as questões ambientais e de saúde pública resultantes do processo histórico de ocupação do Jardim Colombo.

E por assim estarem tão degradados os espaços, pais proíbem seus filhos de sair para uma área próxima, as pessoas abrigam seus encontros em espaços interiores, acabam se voltando para dentro de suas casas, priorizando os ambientes internos em detrimento do ambiente urbano coletivo.

A tradicional praça, os largos e mesmo as ruas, foram trocados, ou melhor, trazidos para dentro destes novos ambientes, onde tudo é controlado, desde sua segurança até o seu olhar. O caos urbano, a violência, a sujeira das ruas e seus indigentes são deixados do lado de fora desses novos lugares do consumo de mercadorias, serviços, arte e cultura (DIAS, 2002, p. 215).

O cotidiano urbano esteve sempre estreitamente relacionado com o uso dos espaços públicos. No passado remoto, grande parte das funções da cidade acontecia em conexão com esses espaços, exemplo da ágora na Grécia antiga como epicentro da vida em sociedade. Em período mais recente, as modificações geradas pelo padrão rodoviário na circulação, a degradação das áreas centrais, o incremento dos índices de violência e de vulnerabilidade social nas grandes cidades têm estimulado a preferência do convívio social em ambientes privados, em detrimento à valorização dos espaços livres públicos.

Podemos pensar também que esse modelo de vida em que todos aspiram por deslocamentos feitos num carro fechado, de estacionamento em estacionamento, entre muros de condomínios, clubes, centros empresariais e *shopping centers*, talvez tenha deixado de lado algo importante: a fruição da cidade. É possível que estejamos vivendo um momento em que as pessoas querem tomá-la de volta, e não fugir dela (CALLIARI, 2016, p. 22).

A crescente retomada dos espaços urbanos pelas pessoas é parte do processo de humanização das cidades, em um esforço para melhorar e promover a convivência nas ruas, praças e parques. O uso dos espaços públicos pressupõe muito mais do que apenas o seu significado funcional como locais de circulação, aeração, insolação, drenagem etc.

Neste contexto, pode-se avaliar a importância da reconquista de espaços livres em áreas periféricas e de urbanização precária como o Jardim Colombo.

Em meados de 2017, chega na comunidade para conhecer a área um grupo de pessoas da equipe Arq. Futuro; seus integrantes conhecem a Fazendinha e aquilo causa-lhes incômodo: como tanto lixo poderia estar presente em um dos poucos espaços livres existentes do Jardim Colombo? Naquele momento, visualiza-se, então, um potencial de transformação do local; a partir daquele dia soube-se que a Fazendinha já não seria mais um problema e, sim, uma solução, o futuro coração da comunidade.

Após os primeiros encontros, debates e discussões em novembro de 2017, iniciou-se a comunicação aos moradores sobre a realização de uma intervenção na Fazendinha. O principal meio de divulgação se deu pelo endereço eletrônico do *Facebook* da União de Moradores, que foi utilizado para informar a realização da primeira reunião, conforme se pode observar na Figura 7, com convites a todo momento, enfatizando-se que seria de grande importância a participação de todos, e sem o quê não adiantaria fazer acontecer os eventos. Buscavam-se o apoio, o respeito e a futura zeladoria do local pela própria comunidade.

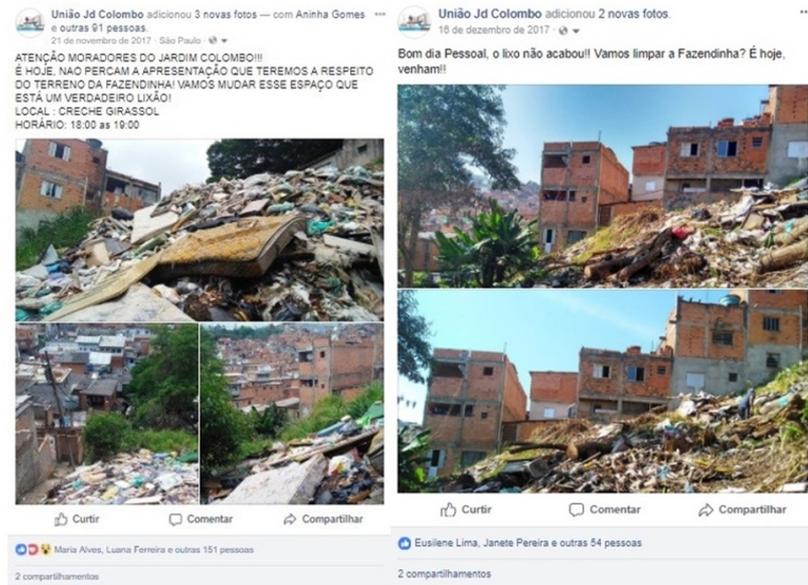


Fig. 7: Divulgação da primeira reunião com os moradores de Jardim Colombo. Fonte: Acervo das Autoras, 2

No dia 21 de novembro foi apresentado um primeiro estudo, representado na Figura 8, do que se poderia fazer no local e também o projeto Parque Sitiê, muito semelhante, realizado no Morro do Vidigal, Rio de Janeiro, pelo músico e ex-morador Mauro Quintanilha.



Fig. 8: Primeiro estudo apresentado à comunidade. Fonte: Ester Carro, 2017.

A comunidade recebeu a ideia positivamente e logo se indagou quando seriam os primeiros mutirões de limpeza. Para que não se perdesse a empolgação de todos os envolvidos foram realizados os primeiros mutirões, cujas atividades são mostradas na Figura 9, já no mês seguinte, dando-se continuidade até fevereiro de 2018.



Fig. 9: Mutirões realizado no Fazendinha, Jardim Colombo-SP. Fonte: Acervo das Autoras, 2017.

No total, foram mais de 45 caminhões da Prefeitura Regional repletos de lixo, entulho e móveis retirados; já era possível naquele momento caminhar pela Fazendinha, conforme se nota pela Figura 10, e com o passar dos dias moradores do entorno começaram a se apropriar do espaço.



Fig. 10: Área da Fazendinha limpa após os mutirões feitos pela comunidade. Fonte: Acervo das Autoras, 20

A primeira etapa estava cumprida, mas não deveria parar por ali, o espaço ainda teria que ser alterado para as demais intervenções e a futura ocupação do local, tendo em vista a realização das oficinas culturais, horta comunitária, mobiliário urbano, melhoria do acesso, entre outros. Devido à necessidade de recursos financeiros, por alguns meses o projeto manteve-se parado e, embora a maioria das pessoas já não depositasse lixo orgânico no local, com o tempo, a quantidade de entulho aumentava.

Como na música "Refazendo" de Gilberto Gil (1975) - "Porque todo tamarindo tem o seu agosto azedo, cedo antes que o janeiro doce manga venha ser também" – houve um tempo difícil até se poder dar continuidade e resgatar de fato a Fazendinha para a população.

Para continuar resistindo, os africanos submetidos ao cativo e seus descendentes tiveram que refazer tudo, refazer linguagens, refazer parentescos, refazer religiões, refazer encontros e celebrações, refazer solidariedades, refazer cultura. Esta foi a verdadeira Grande Refazenda (GIL, 2007, s.p.).

Depois de três meses, em junho de 2018, chega em São Paulo um jovem arquiteto estudante do Mestrado em Planejamento Urbano do Massachusetts Institute of Technology - MIT, Antônio Moya Latorre, o qual, apresentado à comunidade pelo escritório do Arq. Futuro, idealiza o Festival de Arte – Fazendinhando, embasado no conceito de tratar a cultura como infraestrutura em comunidades carentes, e que serviu de grande impulso para iniciar a transformação do terreno, em um prazo curtíssimo. Paralelamente, o time de voluntários do Arq.Futuro cresceu, e junto aos voluntários do Colombo, o grupo passou a se reunir regularmente e promover uma série de oficinas comunitárias para levantar ideias dos moradores sobre possíveis usos para o local e iniciar a adaptação do terreno, cuja apropriação é descrita na Figura 11.

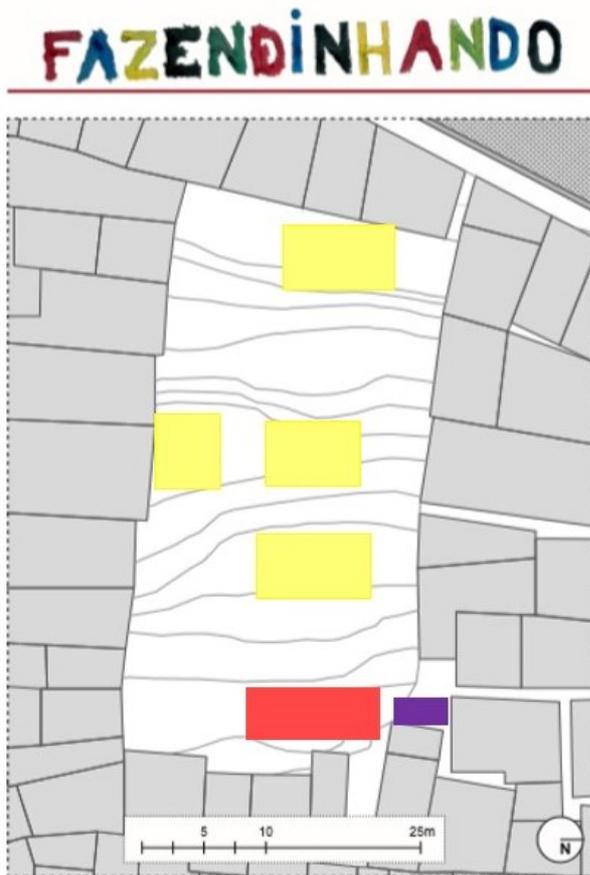


Fig. 11: Planta do terreno da Fazendinha. Em amarelo, pontos onde foram estabelecidas as plataformas com paletes reciclados; em vermelho, local onde foi realizada a primeira intervenção, uma muralha de pneus para contenção da água; em roxo, local onde foi realizado o primeiro mural coletivo com as crianças. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Foram feitas diversas oficinas com elaboração de cartazes para divulgar o festival - mobiliário urbano com paletes reaproveitados, paisagismo e estabilização do solo, produção de vasos com materiais descartados e fotografia - sempre em paralelo com novos mutirões de limpeza do terreno. Todo esse trabalho foi idealizado e realizado de forma coletiva e através de um processo participativo, envolvendo cada vez mais moradores, que ministraram as oficinas, participaram delas, contribuíram com ferramentas e materiais, com seu conhecimento e mão de obra. Este engajamento fica evidente nas cenas registradas nas Figuras 12 e 13.



Fig. 12: Oficinas realizadas durante o Festival - Fazendinho, na comunidade do Jardim Colombo. Fonte: Acervo das



Fig. 13: Atividades realizadas no dia do Festival na comunidade do Jardim Colombo, SP. Fonte: Acervo das Autor

Dessa forma, e assim dito por Moya em conversa, o Parque Fazendinha está sendo desenvolvido desde sua origem pela comunidade, é uma criação de todos. Paralelamente, foram buscados patrocínios para tornar o festival possível. Qualquer contribuição era considerada bem-vinda, desde dinheiro até paletes ou plantas para transformar a Fazendinha. O projeto foi apresentado para dezenas de pessoas e organizações, e rapidamente começou a ganhar apoio.

Iniciou-se o planejamento do Festival com o objetivo de levar a cultura, resgatar a memória, conhecer artistas internos, fortalecer os laços comunitários, realizar a primeira intervenção no Fazendinha e propor um novo desenho a partir dos desejos daqueles que conviviam dia a dia, ou próximo da área.

Desde o início, foram envolvidas pessoas da comunidade, de crianças até idosos, sempre escutando suas demandas e interesses, incentivando sua participação e engajamento no processo das mudanças na Fazendinha, com o objetivo de fortalecer na comunidade a participação de jovens dispostos a realizar intervenções coletivas, dando visibilidade para projetos ancorados na integração comunitária e na articulação social.

4 Considerações Finais

Urbanizar uma localidade pode proporcionar o saneamento ambiental, melhorar os acessos e as moradias, entre tantos outros itens; mas, sem o acompanhamento efetivo das políticas sociais (culturais, educacionais, de saúde, geração de renda) pela comunidade, e sem respeito às especificidades do local, dificilmente se obterá o sucesso desejado, e se receberá a zeladoria e a atenção constante dos moradores.

De acordo com Maricato (2000), o planejamento e a regularização urbanística não têm comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas. Pode-se dizer que se tratam de ideias fora do lugar, porque esta ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas, também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem, aliás ela não é nem mesmo conhecida em suas dimensões e características.

Como visto até o momento, a participação é um ponto-chave, relevante para o sucesso do projeto na medida em que influencia tanto o produto final quanto seu processo.

Para Boucinhas (2005) a palavra participação tornou-se uma das mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade e, dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos, como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, inclusão. Vários foram os teóricos que fundamentaram o sentido atribuído à participação. Para Demo (1999) participação é conquista, é processo infundável, sempre se fazendo e, portanto, não pode ser entendida como dádiva nem como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais.

Após as primeiras mudanças realizadas na Fazendinha, jovens e crianças começaram a ocupar o local agora valorizado pela população do entorno, que até mesmo tem evitado descartar seu lixo como era de costume, como se pode verificar pela Figura 14.



Fig. 14: Diagrama dos locais de maior permanência dos moradores na Fazendinha; vê-se que os mesmos foram limpos posteriormente sem novos resíduos. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Vê-se, assim, que o estímulo à participação dos moradores no desenho do projeto arquitetônico do futuro parque e na definição de seus equipamentos será muito importante para que a população se sinta contemplada, o que contribui, inclusive, para a maior apropriação e o cuidado com o espaço.

Para tais procedimentos obterem continuidade, já que o projeto ainda não possui a quantia de recursos financeiros para a realização completa da obra, era necessário manter a ideia da Fazendinha ativa. Assim, foram realizadas novas oficinas, eventos, mutirões e a continuidade da intervenção por Mauro Quintanilha e Paulo Balbino no plano mais baixo do terreno, aplicando-se a tecnologia sustentável com materiais do próprio local e entorno, como pneus preenchidos com entulho socado e na base fixados com concreto, conforme se mostra na Figura 15.



Fig. 15: Intervenção no plano mais baixo do terreno, realizada com pneus e entulhos do próprio local. Fonte: Acervo da

Em encontro realizado no mês de agosto de 2018, conteceu a primeira roda de conversa com as mulheres da comunidade, como mostra a Figura 16, objetivando-se evidenciar a importância da sua luta diária, saber suas opiniões sobre as mudanças na Fazendinha, qual a relação que elas tinham com a comunidade, o que esperavam para o local e como poderiam contribuir para a melhoria do mesmo. Dessa forma contaram suas experiências de vida e superação, e como o Jardim Colombo era há muitos anos; naquele momento as lembranças do passado foram relatadas, o rio limpo que passava, as casas de madeira, os animais, a quantidade de espaços livres, árvores por todo lado, paisagem essa que aos poucos se alterou, transformando-se no cenário que hoje é a comunidade: desconectada do seu entorno, altamente adensada, sem transporte público e equipamentos institucionais entre outros.



Fig. 16: Encontro das mulheres no Fazendinha e festival de pizzas. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Para elas, as ações e intervenções no Fazendinha representa a esperança de melhorias para a comunidade como um todo e por acreditarem no projeto, colaboram participando das atividades, no desenvolvimento das intervenções e evitam jogar lixo no local.

No mesmo dia, houve também o Festival de pizzas, foram recebidas doações em dinheiro de pessoas físicas para os ingredientes e prepararam-se pizzas para serem vendidas a fim de arrecadar verba para o projeto e divulgar em outras áreas o que estava acontecendo no antigo lixão.

No mês seguinte, com mais de 40 grafiteiros, a comunidade recebeu seu primeiro mutirão de grafite, como se vê na Figura 17. Desta forma, tanto na Fazendinha como em seu entorno, o espaço carente de arte foi contemplado com as expressões artísticas de cada grupo, dando vida e valorizando o local, além de oferecer a oportunidade de se estar em uma galeria de arte aberta a todos.



Fig. 17: Resultado do mutirão de grafite, realizado no entorno da Fazendinha com a participação de 40 artistas. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

No mês de outubro de 2018, foi elaborada uma atividade voltada para as crianças, a partir da ideia de sensibilizá-las pela cultura. Criou-se a Geladoteca, uma estante feita a partir de uma geladeira reutilizada, que se pode observar na Figura 18, instalada na Fazendinha, e onde se pode pegar ou trocar um livro, passar horas lendo no local, e com isso se criar mais uma forma de apropriação do espaço.



Fig. 18: Inauguração do projeto da Geladoteca voltado ao incentivo da leitura para crianças. Fonte: Acervo das Autoras, 2018.

Predominantemente amparadas pelo voluntarismo, o que constitui, simultaneamente, força e fragilidade do processo, as ações empreendidas na requalificação da Fazendinha continuam a se pautar pelo princípio do envolvimento da comunidade nas decisões e no planejamento.

À parte as restrições de recursos, principalmente financeiros, e da articulação com a gestão pública, investe-se na ideia de que a construção conjunta do sonho, mesmo que árdua, será o amálgama das ações que culminarão na concretização do projeto da Fazendinha. A participação poderá mudar a relação dos moradores com o futuro parque, se

antes a área era vista por muitos como um lugar de ninguém, passa, agora, a ser vista por cada um como o seu lugar e, as pessoas tenderão a zelar por ele (ANDRÉS F; RECHENBERG, L; ROCHA, M.C; MELLO, R., 2011).

Referências

AMARANTE, B. M. **Startup Catalisador Urbano: Empreendedorismo e Moradia Jardim Colombo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Artes Plásticas, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2017.

ANDRÉS, F.; RECHENBERG, L.; ROCHA, M. C.; MELLO, R. **Praças da Paz SulAmérica sistematização da metodologia**. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2011. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/pras_da_paz_sulam_rica_sistematiza_o_da_metodologia.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2018.

BOUCINHAS, C. **Projeto Participativo na produção do espaço público**. 2005. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CALLIARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

DIAS, F. V. Arquitetura Introvertida. **ViverCidades**. Rio de Janeiro, ago. 2002. [online] Disponível em: <www.vivercidades.org.br>. Acesso em: 30 dez. 2017.

GIL, Gilberto. Música. **Discurso de abertura**. In: Conferência dos Intelectuais Africanos e da Diáspora, 2., Brasília, 2007. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana: algumas considerações sobre o "Estatuto da Cidade". **Geosp, Espaço e Tempo**, n. 13, p. 87-105, 2003. Disponível em: <http://www.geograia.flch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13_Limonad_Barbosa.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MACHADO, R. W. **O processo de urbanização da favela de Paraisópolis (SP): desigualdade ou acesso ao direito habitacional?** 2016. [online] Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadm/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/31.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. S.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192. (Coleção Zero à Esquerda)

PÁDUA, F. L. Espaço Público: Espaço de conflitos. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, dez. 2006. [online] Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2449/1546>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SAMORA, P. R. **Os desafios da política de urbanização de favelas em São Paulo: uma revisão crítica do programa Bairro Legal (2001-2004) e das ações posteriores**. 2014. [online] Disponível em: <http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/SAMORA_ENANPARQ.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.